

GRÊMIO ESTUDANTIL E FRONTEIRAS DE EXCLUSÃO: EMANCIPAÇÃO JUVENIL E TERRITORIALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Alex Marighetti
Diego Corrêa Maia

RESUMO

Este artigo constitui-se como parte do resultado da pesquisa de Doutorado e tem como objetivo analisar de maneira crítica as (des) territorialidades dos grêmios estudantis, bem como seu funcionamento e organização no cotidiano das unidades. O problema da pesquisa pode ser compreendido com a seguinte questão: Os grêmios estudantis conseguem se expandir enquanto coletivo nos territórios educacionais de maneira plena? Se não, quais são os obstáculos que contribuem para a não efetivação do projeto nas unidades escolares? Operamos com a hipótese de que as políticas educacionais são elaboradas nos dias atuais como uma tentativa de desconstrução dos movimentos estudantis, bem como a inserção plena destes jovens no mundo do trabalho precarizado com uma visão mecanicista, inconsistente e pouco reflexiva. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso, baseados na investigação qualitativa, no qual exige a combinação de recolha de dados, bem como sua análise. Como resultado, temos que os grêmios estudantis das escolas municipais da São Paulo a partir do estudo de caso, não funcionam de maneira plena por conta das consequências da pandemia da COVID-19, alienação espacial provocada pelo mundo do trabalho precarizado, as políticas neoliberais que precarizam a participação dos alunos e por fim, a truculência da gestão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Grêmio estudantil; Territorialidade; Fronteiras de exclusão; Autonomia.

STUDENT COUNCIL AND FRONTIERS OF EXCLUSION: YOUTH EMANCIPATION AND TERRITORIALITIES IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT

This article is part of the result of the Doctorate's research and was to analyze the (dis)territorialities of student council, as well as their functioning and organization in the daily life of the units. The research problem can be understood with the following question: Are student council able to fully expand as collectives in educational territories? If not, what are the obstacles that prevented the project from being carried out in the school units? We operate with the hypothesis that educational policies are elaborated nowadays as an attempt to deconstruct student movements, as well as the full insertion of these young people in the world of work: a mechanistic, inconsistent and little critical-reflexive vision. The methodology used was bibliographical research, documentary research and studies case based on qualitative research, which requires the combination of data collection, as well as its analysis. As a result, we have that the student council of the municipal schools of São Paulo from the case study, do not function fully due to the consequences of the COVID-19 pandemic, spatial alienation caused by the world of work, the neoliberal policies that make precarious student participation and finally, the truculence of school management.

KEYWORDS: Student council; Territoriality; Borders of exclusion; Autonomy.

INTRODUÇÃO

A escola no processo de ensino e aprendizagem assumiu, ao longo dos últimos anos, múltiplas funções na formação do educando, desde mudanças na estruturação física e política até a ampliação da oferta e acesso a novos projetos que visam atender uma vasta comunidade que anseia e deposita na escola, em sua grande maioria, a responsabilidade para a formação do indivíduo. Neste sentido, entra em cena os

grêmios estudantis – enquanto estrutura fundamental para a ampliação dos territórios democráticos e ruptura de um modelo de escola voltado para a ordem e a manutenção de um *status quo*.

Para além disso, a problematização que se apresenta na educação pública na atualidade é a questão da escola enquanto espaço político que ora visa reproduzir a lógica neoliberal focada no protagonismo dos indivíduos, ora contrapor tais lógicas a partir da ideia de emancipação e autonomia através da completude dos seres humanos.

Diante disso, o princípio do comum que emana de movimentos sociais e que se propaga através de práticas contrárias a racionalidade neoliberal são capazes de revolucionar o conjunto de relações que se desenvolvem nos territórios escolares. Neste sentido, e o grêmio estudantil se materializa enquanto forma e conteúdo para institucionalizar o princípio de comum.

O objetivo dessa pesquisa é realizar uma análise de maneira crítica sobre as (des) territorialidades dos grêmios estudantis, bem como seu funcionamento e organização no cotidiano das unidades escolares a partir de um estudo de caso. Para o desenvolvimento da pesquisa, complementa-se os seguintes objetivos específicos: a) elaborar uma reflexão teórica acerca dos conceitos de esperança, práxis, política e o princípio do comum como a base para a construção dos grêmios estudantis; b) estabelecer um levantamento sobre os marcos legais e históricos do grêmio estudantil em escala nacional e local, com destaque para o município de São Paulo – SP; c) criar uma interface possível entre a Geografia e os Grêmios Estudantis e, finalmente, d) apresentar e refletir de maneira crítica sobre as múltiplas realidades que envolvem o processo de construção e resistência de um grêmio estudantil a partir de uma unidade escolar.

A tese aqui defendida entende que o grêmio estudantil se coloca como a principal forma de emancipação política e construção de cidadania no ensino público paulistano frente ao processo de acomodação de forças e alienação política que a escola é submetida nos dias de hoje. De maneira intencional e articulada, o grêmio atinge seu momento de reafirmação na rede frente a um processo garantido em nossa constituição há mais de trinta anos.

Como hipótese teríamos uma política educacional burocratizada e deslocada da realidade que traz, como consequência a construção de um abismo entre os educandos, professores, gestão escolar e a escola em si – já que os territórios de formação e construção de uma cidadania plena não são garantidos em sua plenitude graças a um movimento de sucateamento da escola pública.

A preocupação que motivou o desenvolvimento do artigo ocorreu após a elaboração do projeto sobre os grêmios estudantis que viria a ser aplicado em uma unidade escolar, onde atuo desde 2012. No desenrolar das atividades, percebemos o elevado grau de clandestinidade com que até então a luta dos jovens era tratada na esfera da unidade escolar e, principalmente, pela rede municipal de ensino.

Por se tratar da maior metrópole brasileira e umas das maiores do mundo, São Paulo implanta os grêmios estudantis enquanto política educacional apenas no ano de 2019, o que consideramos um absurdo frente a necessidade de vozes que foram represadas ao longo do tempo.

Dentre os fatores que acreditamos representar o atraso no desenvolvimento desta política educacional, destaca-se: o distanciamento e falta de articulação entre os três poderes da nação (federal, estadual e municipal) que se manifesta nessa dissociação temporal entre as mesmas; o destocamento financeiro e organizacional que o Ministério da Educação (MEC) passa atualmente; a burocratização da escola pública no sentido de transformar os projetos em documentos, atas e lista de afazeres e por fim, a falta de uma cultura de democracia representativa nos territórios escolares.

Acreditamos ainda que para a escola ser um território democrático precisa ressignificar as relações do cotidiano, norteando suas ações através da horizontalidade e transparência. Apesar do desenvolvimento do Currículo da Cidade baseado na resolução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1), percebemos que do ponto de vista prático, o grêmio estudantil se configura apenas como um grupo de jovens que realiza tarefas, resolve problemas e realiza passeios no final do ano; já o professor

orientador, apenas como responsável legal pelo desenvolvimento do projeto imerso em burocracias e um mediador de conflitos entre a gestão escolar e os estudantes.

Vale ressaltar que o Currículo da Cidade está ancorado Plano de Governança Global, capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no qual propala uma solução para a crise ambiental pautada na governança por Objetivos, totalizando 17 intenções, nos quais destacamos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 11 – **Cidades e Comunidades Sustentáveis** (Figura 1). Segundo Oliveira (2022) esta fábula empreendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) tem como principais interessados a classe capitalista transnacional, no qual visa atender o Neoliberalismo econômico e os interesses do “capitalismo verde”¹.

Figura 1: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Currículo da Cidade.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, 2021.

Para além das funções acima descritas, o grande desafio que se coloca a frente da atuação dos grêmios estudantis hoje é o de garantir sua autonomia e construir um legado para a unidade escolar. Legado este que se materializa através de reformas físicas, melhora do desempenho escolar e principalmente, a construção de um educando reflexivo capaz de sonhar e que encontra no grêmio, um território seguro para ser quem é.

As formações pedagógicas começam a emergir pelas Diretoria Regionais de Educação (DRE's) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), no entanto, consideramos insuficientes para à proporção que o projeto grêmio estudantil exige, ou seja, mais um desafio para o professor orientador, que aprende e, ao mesmo tempo, media o projeto em suas respectivas unidades. Afinal como nos aponta Freire (2009) apud Block e Rausch (2014), não é possível ensinar alguém sem discência, já que a formação docente exige:

(...) caráter experiencial de onde se originam saberes, onde se torna imprescindível a percepção de que a relação do professor como sujeito do conhecimento e do aluno como seu objeto não se justifica. Muito pelo contrário, professor e aluno não se limitam a uma relação que os torne objeto um do outro (Block e Rausch, 2014).

¹ “Capitalismo Verde”, leia-se quanto mais acumulação ampliada do capital melhor será e teremos cada menos uma equidade social.

Do ponto de vista metodológico, o artigo foi desenvolvido da seguinte forma: com a premissa de que o grêmio estudantil é uma realidade incipiente no município de São Paulo, procurou-se levantar as variáveis que contribuíram para tal panorama.

No que tange a pesquisa acadêmica em ambiente escolar voltadas para o Ensino regular, mais precisamente no Ensino Fundamental II e Médio, inúmeros desafios são encontrados nas formas de refletir e (re)produzir conhecimentos. Através de um olhar mais aprofundado sobre a temática, a premissa básica envolve a necessidade primordial de se considerar os sujeitos, conseqüentemente, seus contextos, falas, saberes e fazeres envolvidos no processo de construção dos Grêmios Estudantis.

Para além, os Grêmios Estudantis têm sido foco de alguns estudos na sociologia e pedagogia que, via de regra, demonstram as problemáticas de naturezas diversas na construção e desenvolvimento das ações cotidianas do grêmio. Diante disso, observamos que, tanto as pesquisas acadêmicas ligadas à Geografia, quanto o próprio desenvolvimento dos projetos na esfera municipal são insatisfatórios no que se refere ao não envolvimento pleno da comunidade universitária e escolar.

Constitucionalmente sabemos que os Grêmios são garantidos e legitimados no município de São Paulo pelo Decreto Nº 58.840 de 2019, no entanto do ponto de vista prático, inúmeros problemas são enfrentados na efetivação do projeto na escola, como a falta de professor na organização das atividades e/ou pior ainda, a falta de educandos na formulação do projeto.

Somados a isso, constata-se o caráter antidemocrático nas postulações do grêmio estudantil, visto que um dos grandes desafios ao longo da tese foi o desenvolvimento de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação através da burocratização/ausência do fornecimento de dados básicos de natureza quantitativa e qualitativa, amparados pelo estacionamento dos projetos durante o período de pandemia, bem como a consolidação do projeto em si na rede que data apenas de do ano de 2019.

A partir destas constatações é possível afirmar que as experiências na esfera municipal, no desenvolvimento dos projetos voltados ao Grêmios Estudantis (GE), são pormenorizadas. A demanda real por um projeto que atenda de maneira plena e satisfatória por anseios dos educandos se reflete no elevado grau de insatisfação escolar, materializado pelo descaso, pelo abismo invisível entre os professores e gestão escolar em direção aos educandos, bem como o elevado grau de violência e *bullying* na unidade escolar.

O levantamento bibliográfico e documental foi de suma importância para trazer algumas categorias de análise, como práxis, política e o princípio do comum, já que fomenta o arcabouço teórico para a atividade de campo.

PRÁXIS

O conceito de práxis é utilizado por diversos autores com significados diferentes desde a Grécia Antiga até as correntes marxistas mais atuais, perpassando por diversas áreas do conhecimento – como a economia, sociologia, filosofia, pedagogia dentre outros.

De maneira comum, é associada a tudo aquilo que tem a ver com a ação. Ação esta entendida por ser concreta e objetiva de natureza prática. Ou seja, não é excepcional dentro das pesquisas de natureza acadêmica ou empresarial, os pesquisadores e palestrantes trabalham com a dicotomia discurso x práxis com duas prerrogativas básicas.

A primeira prerrogativa é de que o mérito das atividades humanas está atrelado a sua prática enquanto ação, seja na construção de hábitos diários, na implantação de projetos arquitetônicos, na aplicação de avaliações no ambiente escolar ou na realização de atividades físicas em prol da melhoria da qualidade de vida. A segunda é a ideia da epistemologia da prática, em que a prática acaba sendo a reflexão prática sobre a própria prática.

Independentemente de como ele atua, é notório que sua antítese trabalha na ideia de discurso, enquanto uma teoria que não dialoga com a realidade, de natureza panfletária ou midiática, atrelada a questão da demonstração de poder por uma falsa liderança pela fala e não pela ação. Quantas vezes nos deparamos com as diversas linhas da psicologia da educação que trabalham com a ideia de que a criança não aprende pelo discurso e sim pela prática copiada por uma figura de referência.

No entanto, quando partimos para a análise da origem da palavra e no contexto em que lhe foi atribuída sentido no sentido filosófico, cabe destaque para a Grécia Antiga, na figura de Aristóteles. Segundo Yarza (1986), a práxis aristotélica apresenta dois significados em sua origem. O primeiro associado as *“operaciones cognoscitivas que merecen por su absoluta inmanencia la calificación de praxis perfectas, que se oponen por esa misma razón a los movimientos transitivos o kinesis”* e o segundo as *“acciones éticas o morales del hombre”* (Yarza, 1986, p. 153).

Nessa passagem, o autor nos aponta a práxis aristotélica como as atividades de natureza transitiva que apresentam sua finalidade numa obra exterior quando ela mesma cessa, ou seja, há uma produção (poiêsis) como por exemplo cozinhar, pintar ou construir uma casa. Vale complementar que este primeiro significado traz em si uma noção de práxis inacabada já que apesar do exercício cognitivo do homem, o mesmo esbarra na apreensão do objeto exterior, que reverbera por si só o resultado da ação a partir do fim que lhes é dado. Para exemplificar, tomamos o ato de refletir de maneira consciente manifestado na prática de cozinhar, que na perspectiva aristotélica, se torna práxis a partir do momento que seu fim é atingido: no caso, servir de alimento para uma determinada pessoa ou sociedade.

Além disso, a práxis aristotélica serve para designar as atividades de natureza intransitiva ou morais dependentes diretamente da atuação do indivíduo em um sentido completo ou pleno e, conseqüentemente, menos atreladas a realidade exterior. Podemos tomar como exemplo o ato de ver, pois: *“o fim da vista é a visão não se produz nenhuma obra diferente da vista”* (Barbosa, 2011, p. 53).

Ora, quando analisamos o fim da vista como visão, o mesmo não se faz na ideia de cozinhar por exemplo, já que nos abre uma multiplicidade de finalidades. Em suma, a perspectiva de práxis aristotélica enquanto pano de fundo é fundamental para as reflexões a seguir acerca da sabedoria prática e consciente no sentido amplo e não em contraponto a uma teoria a priori.

Já avançando nos estudos, nos remeteremos agora à práxis enquanto perspectiva marxista que se baseia no materialismo dialético da tríade Reflexão – Ação – Reflexão com orientação revolucionária, ou seja, a teoria transformada em realidade. O objetivo da práxis marxista é transformar o mundo e, caso a mesma não se efetive, gera em si duas situações - o academicismo, onde a teoria não dialoga para além dos muros da Universidade atingindo assim sua incompletude - e o vanguardismo, onde um grupo dirigente dos pensamentos marxistas de maneira rígida e não democrática decide o que é aplicado na realidade.

É importante frisar o contexto histórico em que Marx desenvolveu sua tese sobre a relação capital x trabalho e, principalmente, com o objetivo de propor do ponto de vista prático uma alternativa para o capitalismo enquanto sistema hegemônico. Tal alternativa só se tornaria viável a partir da tomada de consciência de classe enquanto proletário ou trabalho em contraposição aos capitalistas afim de fato atingir a práxis enquanto ação destinada à transformação da realidade.

É importante já mencionar neste ponto que a práxis marxista não se reduz meramente a transformação da realidade por si só, mas há uma ação orientada por uma teoria que procura dialogar com a realidade vigente. Portanto, se os contextos sócio-históricos mudam é fundamental que a práxis também mude, afim de dialogar com um maior número de pessoas e, veremos, que apesar da definição aparentemente simples, a realidade se torna mais complexa para a efetivação da proposta de práxis marxiana.

Outro autor que aborda a práxis do ponto de vista marxista é o italiano Antônio Gramsci. A categoria mediadora é abordada para trabalhar alguns temas de suma importância ao longo de sua vida – como a consciência de classe, materialismo histórico, o próprio historicismo e o economicismo. Viveu em um

contexto de urbanização e industrialização típica do final do século XIX, ascensão do fascismo na Itália e vislumbrou a Revolução Russa como perspectiva real e efetiva dos preceitos ideológicos de Marx.

Sobre a ideia de classe trabalhadora, Gramsci afirma que a mesma possui duas formas de consciência – uma orientada pelas ideias e outra informada pela prática - mediada diretamente pela realidade vigente. Quando há uma desconexão entre as consciências (sem práxis), elas entram em contradição e fica impossível interpretar a realidade de maneira crítica sujeito as ideologias das elites acreditando que basta trabalhar muito que conseguirão vencer no capitalismo. Partindo desta premissa, é importante afirmar de maneira introdutória que a práxis gramsciana é a conexão direta entre os ideais e a prática como forma de ruptura do “status quo”.

Vale frisar neste momento que grande parte das referências gramscianas utilizadas no artigo se baseiam no Dicionário Gramsciano de Liguori e Voza (2017), já que grande parte dos textos originais do autor foram escritos em cárcere e destruídos em sua maioria pelo regime fascista de Mussolini. Feita a ressalva, para amparar suas discussões, a filosofia da práxis entra em cena como uma nova estrutura pilar para o materialismo histórico, que na tentativa de se tornar popular e atraente no início do século XX, se apropria dos preceitos filosóficos da época – idealismo, positivismo e materialismo para superar suas próprias contradições trazidas na construção de sua matriz original. Sobre a filosofia da práxis, Gramsci (2017) afirma que:

[...] a ‘matéria’ não deve ser entendida nem no significado que resulta das ciências naturais [...] nem nos significados que resultam das diversas metafísicas materialistas [...]. A matéria, portanto, não deve ser considerada como tal, mas como social e historicamente organizada pela produção e, desta forma, a ciência natural deve ser considerada essencialmente como uma categoria histórica, uma relação humana (Liguori e Voza, 2017, p.154)

Como dito anteriormente, a tomada de consciência é fundamental para a interpretação da filosofia da práxis, mas também aborda a revisão do materialismo histórico como filosofia original e articuladora da compreensão da matéria como social e histórica indissociada das chamadas ciências naturais/brutas. O avanço se dá na interpretação da matéria, antes abordada como uma totalidade existente para a ideia de processo histórico organizado para a produção como relação eminentemente humana.

Além disso, soma-se as críticas o fato de o marxismo clássico abordar a relação homem-matéria de maneira não proporcional já que focou mais na primeira parte em detrimento do “apagamento” da segunda, aferindo um caráter historicista de Marx. Complementa-se (2017):

Nem o monismo materialista nem o idealista, nem ‘Matéria’ nem ‘Espírito’ evidentemente, mas ‘materialismo histórico’, isto é, atividade do homem (história) [espírito – ndr] em concreto, isto é, aplicada a certa ‘matéria’ organizada (forças materiais de produção), à ‘natureza’ transformada pelo homem. Filosofia do ato (práxis), não do ‘ato puro’, mas exatamente do ato ‘impuro’, isto é, real no sentido profano da palavra” (Q 4, 37, 455). Se a filosofia da práxis deu um passo à frente, o mais importante, porém, resta por ser feito: essa filosofia “ainda atravessa sua fase popular [...] é a concepção de um grupo social subalterno [...] sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia”. O problema da afirmação tanto teórica como prática coincide com a questão da superação da antinomia vulgarização- alta cultura: isto é, a passagem da subalternidade à hegemonia (Liguori e Voza, 2017, p.163)

Neste sentido, na perspectiva gramsciana a filosofia da práxis ainda se encontra em uma fase de disseminação já que os subalternos ainda não superaram a vulgarização e a marginalidade que o Estado e o Capital articulado os submetem. No que tange a área da Educação, Gramsci elabora a ideia de

“intelectual orgânico”, para além de uma visão meramente academicista, o autor aborda a necessidade de que a função social primária da Educação é a de formar um homem preocupado a priori com as questões do cotidiano e, posteriormente, para uma visão de mundo mais reflexivo-teórica. Em uma perspectiva marxista gramsciana, o formador do educador tem por essência promover através das experiências cotidianas, as reflexões necessárias para as classes proletárias. Para além de uma mera reflexão, o formador do educador é responsável por gerir uma práxis pedagógica voltada para expandir e elaborar meios de se tomar uma ação contra sistêmica. Na perspectiva freiriana (1982), para isso é fundamental a transição de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Sobre o tema, o autor define:

A consciência crítica é “a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais”. “A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada” (Freire, 1982^a, p. 138).

Neste sentido, ao formador do educador lhe cabe a função de aprimorar a superação do ego, de suas crenças e certezas individuais para uma concepção de mundo que se exterioriza através de uma práxis pedagógica. Em suma, o compartilhamento das experiências, atrelado a uma tomada de consciência por parte do formador do educador, do educador e do educando se tornam uma simbiose ideal para uma perspectiva de mundo mais reflexiva, prática e libertadora.

Como veremos no desenrolar do artigo, a efetivação da filosofia da práxis é o grande ponto de encontro para a efetivação da educação que queremos para as futuras gerações no que tange as relações democráticas e os espaços de mediação. Sobre educação e a práxis como perspectiva de análise, trouxemos para o debate Paulo Freire, com vasta experiência na área da Educação é atualmente o terceiro pensador mais citado no mundo em universidades da área de Ciências Humanas. Durante o período de exílio militar realizado no Chile (1964-1969), aprofundou suas leituras marxistas em torno do materialismo histórico dialético onde entende inicialmente a práxis como uma unidade dialética entre teoria e prática, ou seja, atuação que é informada pela teoria, impacta a realidade de forma a informar a teoria também. Atuação que confronta contradições e que resolve tais contradições. Para de fato atuar no sentido resolutivo das contradições vigentes, assim como Gramsci, Freire em diversas obras retoma o conceito de consciência inicialmente na perspectiva gramsciana do foco às ideias – como interiorização de uma visão de mundo libertária para atingir posteriormente na direção de uma práxis educacional afim de atingir a origem da opressão. Munido de uma consciência crítica e libertária, o oprimido passa a lutar por um futuro distante da realidade que esta posta diante dos seus olhos, daí deriva a unidade dialética entre teoria e prática.

O CONCEITO DE POLÍTICA A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Antes de iniciarmos o debate acerca do conceito de política a partir de Hannah Arendt, é necessário fazer uma breve contextualização do conceito. A política surge junto com os primeiros agrupamentos sociais, isso porque assim que se viram em uma relação de dependência, indivíduos pontuais procuraram tomar o controle das situações e se tornarem os líderes de seus grupos. Essas vieram a serem as primeiras ações humanas que poderiam ser chamadas de “atos políticos”, milhares de anos depois o conceito de política se tornou tão complexo quanto à sociedade em que ele está inserido.

Teixeira (2009) coloca em discussão a pluralidade do conceito de política através da adoção da nomenclatura “políticas”. Isso porque, muitas instituições, indivíduos e até atos podem ser considerados políticos: o congresso nacional é um ambiente político, um vereador é um político e o voto é um ato político. Indo ainda mais além, o autor afirma que todas as ações, instituições e indivíduos que estiverem

ligados às relações públicas podem ser considerados políticos. O autor faz uso dos conceitos de classe social, os papéis de dominância dos meios de produção e a perpetuação das concentrações de renda para pontuar os pilares da política moderna.

A linha de pensamento em busca de esclarecer o que seria o conceito de “fazer política”, colocando como exemplo a igreja que, apesar de não ser uma instituição propriamente política, sempre agiu de forma política em busca da captação e conservação de seguidores. Sendo assim, o “fazer política” pode ser colocado como ações executadas em busca da obtenção de benefícios que derivem do coletivo, de modo geral (TEIXEIRA, 2009).

Para além do pragmatismo acadêmico, nos aprofundamos sobre o entendimento sobre o conceito de política a partir de Hannah Arendt, uma das mais importantes filósofas políticas do século XX, com enfoque na área de educação. Apresentou uma abordagem original e provocadora em relação ao conceito de política. Sua visão rompe com as abordagens tradicionais e propõe uma compreensão da política como um espaço de ação coletiva, liberdade e pluralidade. Arendt rejeita a visão da política como mera questão de exercício do poder ou de negociação de interesses particulares. Em vez disso, ela enfatiza a importância da política como uma esfera fundamental da vida em sociedade, onde os indivíduos podem se engajar em atividades públicas, deliberar sobre questões comuns e exercer sua capacidade de agir e interagir com os outros (Vaccaro, 2015).

Concebemos a escola pública por excelência como um território do saber, a potencialidade do conceito de Arendt traz grande luz para a fundamentação teórica e ação prática na esfera do cotidiano para os grêmios estudantis, visto que este se apresenta como a materialidade da política na perspectiva arendtiana. Um dos conceitos no pensamento de Arendt é a “esfera pública”, que representa o espaço onde os cidadãos podem se reunir e se engajar em discussões políticas. A esfera pública é vista como um espaço de liberdade, onde os indivíduos podem expressar suas opiniões e participar ativamente das decisões coletivas. É nesse contexto que a política adquire sua importância, ao possibilitar a ação conjunta e a construção de um mundo comum (Detoni, 2016).

Gostaríamos de ampliar o enfoque de Arendt para “as liberdades” que se manifestam na esfera do cotidiano da escola pública, que lida com a diversidade e pluralidade de ideias, religiões, identidades de gênero, condições socioeconômicas dentre outras. Daí o desafio e as potencialidades que o grêmio estudantil assume enquanto representação de uma coletividade diversa e multifacetada.

Arendt em suas obras também destaca a importância da ação política como uma manifestação da condição humana. Para ela, a ação política vai além da mera ação instrumental, que visa a alcançar um objetivo específico. A ação política é um fim em si mesmo, uma forma de expressão da liberdade e da pluralidade humana.

Através da ação política, os indivíduos exercem sua capacidade de iniciar algo novo, de trazer inovação e transformação para o mundo (DETONI, 2016). Ao se confrontar com a implantação de um grêmio estudantil, a comunidade escolar se depara com a necessidade desenfreada de construção de pautas unificadas, projetos de intervenção cultural, construções e/ou reformas nos equipamentos esportivos, dentre outros. No entanto, a própria (des) construção de uma chapa já torna a ação política, visto que mobiliza sonhos, perspectivas e interesses coletivos diante de uma realidade que não está posta.

Complementa-se que Arendt destaca que somos seres únicos, diferentes uns dos outros, e é na esfera política que podemos expressar e reconhecer essa diversidade. A política, nesse sentido, é um espaço de encontro e diálogo entre diferentes perspectivas, onde a pluralidade de opiniões e visões de mundo é valorizada.

Neste sentido, a política não deve ser deixada apenas para os especialistas ou para os detentores do poder institucional. Todos os cidadãos têm o direito e a responsabilidade de participar ativamente da esfera política, contribuindo com suas opiniões, questionamentos e propostas. A participação cidadã fortalece a democracia e a tomada de decisões coletivas.

No que tange o ambiente escolar do município de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e os gestores nas unidades escolares representam os detentores do poder institucionalizado, entretanto, poucos de fato se debruçam para a especialização teórica e principalmente para o exercício das políticas necessárias para cada escola da rede municipal.

O conceito de política segundo Hannah Arendt vai além das abordagens convencionais, enfatizando a importância da ação coletiva, da liberdade, da pluralidade e da participação cidadã. Através da obra de Ana Paula Repolês Torres, é possível aprofundar-se nessa visão crítica e transformadora, compreendendo como a política pode ser um espaço de construção de um mundo comum, onde os indivíduos podem expressar sua liberdade e agir em conjunto para transformar a realidade (Silva, 2021).

Portanto, perceberemos ao longo da pesquisa que a atuação dos Grêmios Estudantis (GE) esbarram na burocratização dos especialistas e detentores do poder, no caso, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e nos movimentos de manifestação do coletivo a da autonomia dos estudantes antes, durante e depois da participação do projeto.

A NOÇÃO DO COMUM E O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO

Não poderíamos deixar de mencionar no presente artigo, as recentes tentativas por parte das políticas neoliberais de gerar o esvaziamento do papel político da escola pública ao longo do século XXI em nosso país. Diversos movimentos, como o “Escola Sem Partido”, lotados na ideia da doutrinação marxista e ideologia de gênero trazem em si, uma pretensa neutralidade que projeta uma educação que é incapaz de intervir no mundo e, por isso, torna-se cúmplice das injustiças e das violências que nele ocorrem (Miguel, 2016).

Após diversas tentativas de cercear o trabalho docente teve seu projeto de lei arquivado no final do ano de 2018 e depois de mais de uma década ativo, decidiu suspender suas atividades em 1º de agosto de 2019. Segundo Miguel Nagib, coordenador do projeto, desde o fim das últimas eleições presidenciais, Jair Bolsonaro não “tocou mais no assunto”. De acordo com ele, sem o apoio do Presidente da República, o movimento tem poucas chances de avançar. É o que esperamos!

No entanto, apesar do arquivamento do projeto a nível federal, alguns municípios aprovaram o projeto de maneira institucionalizada e não legitimada, já que os professores da educação básica sofrem diversas ameaças por parte de gravações ilegais em busca de uma falsa neutralidade da escola. Posto isso, o Grêmios Estudantis (GE) enquanto materialidade política na perspectiva arendtiana se depara com uma realidade cada vez mais ancorada na ideia do indivíduo, do mérito, do protagonismo, do projeto de vida, ou seja, a escola, o estudante, o professor ou até o próprio grêmios estudantis se tornam massa de manobra ou obstáculo para os grandes objetivos do neoliberalismo para além dos aspectos econômicos. Afim de dar conta do grande desafio que a escola pública assume nos dias atuais, é necessário abordar o conceito do comum como perspectiva teórica e prática para a atuação dos grêmios estudantis na esfera local. No livro “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”, encontramos uma análise específica sobre a aplicação do conceito de comum na educação. Essa obra nos permite compreender como a noção de comum pode contribuir para repensar as práticas educativas, promovendo uma perspectiva mais colaborativa, participativa e emancipatória (Dardot e Laval, 2020).

Para tal, o comum se depara com o neoliberalismo que pode ser compreendido de maneira geral como uma ideologia econômica e política que enfatiza a primazia do mercado, a privatização dos serviços públicos e a competição como princípio organizador da sociedade. Na área educacional, isso se traduz em políticas de mercantilização e redução da educação a uma mera mercadoria, onde o valor é medido em termos de resultados quantitativos e produtividade (Mazetto, 2015).

Se a educação se torna uma mercadoria, todos os seus componentes materiais e imateriais formam uma densa e complexa cadeia de suprimentos necessários para a manutenção de um status quo amparado na

lógica da meritocracia e da valorização do indivíduo em detrimento do questionamento da realidade enquanto possibilidade de transformação.

Em contrapartida, a noção de comum busca resgatar a ideia de que certos recursos e bens devem ser compartilhados e geridos de forma coletiva. O comum representa uma forma de organização social baseada na cooperação, na solidariedade e no reconhecimento dos direitos coletivos. No âmbito educacional, a perspectiva do comum desafia a lógica do neoliberalismo, ao propor uma educação que valorize a colaboração, o diálogo e a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo (Linhares, 2020).

Neste sentido, o grêmio estudantil deve carregar em sua essência o princípio do comum não apenas enquanto algo que pertence a todos, geral, coletivo ou público. Mas de fato, se apropriar do comum enquanto possibilidade de enfrentamento para as estruturas normativas e práticas neoliberais que se apropriam da educação pública neste século.

Afim de complementar a ideia, um dos principais aspectos explorados por Dardot e Laval (2020) é a noção de compartilhamento do conhecimento. A partir da visão do comum, o conhecimento deixa de ser uma mercadoria limitada e exclusiva, passando a ser visto como um bem comum, acessível e compartilhável por todos.

Essa abordagem questiona a lógica da propriedade intelectual e incentiva práticas de colaboração e construção coletiva do conhecimento (Žizek, 2015). Apesar da educação ser um direito alienável em nosso país, o conhecimento formal é um privilégio em nosso país, visto que a evasão ou abandono escolar faz parte do cotidiano das escolas brasileiras, sobre isso Silva Filho e De Lima Araújo (2017) afirmam:

Fatores internos e externos, como drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo da família e da escola, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo escolar, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, falta de formação de valores e preparo para o mundo do trabalho, podem ser considerados decisivos no momento de ficar ou sair da escola, engrossando a fila do desemprego (Silva e Araújo, 2017, p. 36).

Diante de uma realidade tão avassaladora que se apropria dos jovens brasileiros, os movimentos estudantis, mais especificamente os grêmios estudantis se deparam para além das questões de natureza global e os processos neoliberalizantes, com os enfrentamentos de natureza local, como os próprios desafios pessoais dos alunos gremistas, bem como a realidade da comunidade escolar na qual estão envolvidos.

Para além disso, a noção de comum na educação visa promover a autonomia dos sujeitos e a democratização das decisões. Ela propõe a valorização das vozes e experiências dos estudantes, professores e demais membros da comunidade educacional, buscando uma participação efetiva e igualitária de todos. Essa abordagem desafia a concepção tradicional de educação como um processo hierarquizado, em que o conhecimento é transmitido de forma unidirecional (Žizek, 2015).

É importante reconhecer os desafios e contradições da perspectiva do comum na educação. A lógica do neoliberalismo ainda exerce uma forte influência sobre as políticas e práticas educacionais, o que pode dificultar a concretização de propostas mais colaborativas e participativas. É necessário refletir sobre as questões de governança e gestão do comum, garantindo que sua aplicação não recaia em formas de autoritarismo ou exclusão. Ao analisar essa temática, é fundamental reconhecer as complexidades e desafios envolvidos, mas também as possibilidades de construir práticas educativas mais justas, inclusivas e democráticas. (Dardot e Laval, 2020).

Portanto, para superar a influência do neoliberalismo requer esforços coletivos e uma reflexão crítica sobre as estruturas e dinâmicas que sustentam o sistema atual. Diante disso, é fundamental que pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas se engajem em diálogos e práticas que

promovam a compreensão e a aplicação dos conceitos de comum na educação afim de minimizar as mazelas sociais em nosso país.

LEGISLAÇÃO QUE AMPARA OS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Diante dos desafios legais que regem a dinâmica dos Grêmios Estudantis (GE), a principal delas se refere a ausência de diretrizes federais, nos quais regulamentam especificamente o funcionamento destes coletivos na esfera da educação básica. Consideramos um retrocesso na dinâmica do funcionamento da democracia representativa no espaço escolar.

Feito a devida observação, neste item nos preocupamos em elencar diretrizes gerais presentes em algumas leis que podem ser aplicadas aos grêmios, promovendo a participação dos estudantes na gestão das escolas. Aqui estão algumas leis e dispositivos que são relevantes:

a) **Constituição Federal de 1988**: Estabelece o direito à liberdade de associação e participação, o que pode incluir a formação de grêmios estudantis;

b) **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** - Lei nº 8.069/1990: Garante a participação de crianças e adolescentes em assuntos que lhes digam respeito, incentivando a formação de organizações representativas;

c) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** - Lei nº 9.394/1996: Preconiza a gestão democrática do ensino público, o que pode incluir a participação dos estudantes na tomada de decisões (CIVIL, 1996, p. 1-8);

d) **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: Embora não seja uma legislação, esse programa do Ministério da Educação foi criado em 2004, no Brasil, por meio da Portaria Ministerial nº 1.769, de 26 de novembro de 2004. Este programa tinha como objetivo principal promover a participação da comunidade escolar na gestão das escolas públicas, por meio dos Conselhos Escolares, visando fortalecer a democracia e a qualidade da educação no país. O programa buscava incentivar a participação de pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade local na tomada de decisões relacionadas às políticas educacionais e à administração das escolas;

e) **Regulamentações estaduais e municipais**: Algumas unidades federativas ou municípios podem ter regulamentações específicas que tratam da participação dos estudantes e dos grêmios nas escolas. Essas regulamentações podem variar consideravelmente de acordo com a localidade.

Em suma, no que tange a gestão democrática da educação, entendemos que é a base teórica para a formulação dos Grêmios Estudantis, garantido pela Constituição Federal de 1988, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) e dos Planos Nacional, Estadual e Municipal da Educação.

Ela prevê o comprometimento e a atuação da comunidade escolar na realização de ações voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais, afim de garantir o debate e a construção de ações de acordo com um coletivo minimamente articulado e voltado para as questões práticas da realidade educacional.

Afim de que as legislações nas mais variadas esferas façam sentido, é fundamental a aliança do tripé escola-família-comunidade e do seu efetivo engajamento na resolução dos problemas da realidade vigente. Veremos mais adiante que, ao passo que o tripé não se faz de maneira consolidada, o grêmio estudantil funciona de maneira proforma e meramente institucional.

Um fato que “salta aos olhos” ao nos debruçarmos sobre rol de leis e documentos deliberativos sobre os Grêmios estudantis diz respeito ao caráter superficial e pouco efetivo sobre a relevância dos Grêmios no universo escolar. Neste sentido, corroboramos com as ideias de Boutin (2021, p.18) *“Embora a maioria dos documentos se alinhe a perspectivas fundamentadas na democracia e na cidadania, elas ocorrem de*

maneira fragilizada, pois vinculam a participação em grêmios estudantis ao desenvolvimento de atividades festivas, recreativas ou de cunho social.

Ao observar a legislação vigente, percebemos que a questão escalar norteia o desenvolvimento dos grêmios estudantis, ou seja, transita pela esfera federal, perpassa pela estadual e, finalmente em 2019 chega no município de São Paulo, o que consideramos extremamente tardio diante da magnitude e importância que se faz necessária no aprimoramento dos grêmios estudantis (Tabela 1).

O Projeto de Lei que institui os Grêmios Estudantis na cidade, datado de julho de 2019, dentre outras normativas entregou R\$5 mil para cada agremiação, junto com a direção da unidade escolar, decidir onde investir o dinheiro. A eleição dos Grêmios aconteceu de maneira unificada em todas as regiões da cidade em agosto e o repasse aconteceu no mesmo ano de 2019. Ou seja, a configuração dos GE como dizem no linguajar popular ocorreu “a toque de caixa”. A ideia de descentralizar o recurso público e fomentar a emancipação dos estudantes ocorreu via Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) e cada valor esteve destinado para uma atividade específica

Tabela 1: Legislação que ampara os grêmios estudantis na esfera Federal, Estadual e Municipal.

Tipo	Número	Data	Conteúdo
Lei Federal	Nº7. 398	04/11/85	Art . 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.
Lei Municipal	Nº 15.325	1/11/2010	Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia Municipal do Grêmio Estudantil Livre, a ser comemorado anualmente no dia 28 de março, e dá outras providências
Portaria Municipal	Nº 5.941	15/10/2013	ANEXO ÚNICO – TÍTULO II - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 54.454, de 10/10/13, que dispõe sobre diretrizes para elaboração do Regimento Educacional das Unidades da Rede Municipal de Ensino, com a instituição de uma gestão democrática baseada a priori na
Lei Estadual	Nº 15.667	12/01/2015	Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados
Projeto de Lei Municipal	Nº 627/2015	19/11/2015	Institui a SEMANA MUNICIPAL DO GRÊMIO ESTUDANTIL no calendário de atividades da Secretaria Municipal da Educação da cidade de São Paulo
Decreto Municipal	Nº 58.840	03/07/2019	INSTITUI O PROGRAMA GRÊMIOS ESTUDANTIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO
Portaria de Secretaria Municipal	Nº 8.305	13/11/2019	DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, POR MEIO DO

			“PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS – PTRF”
--	--	--	--

Elaboração e organização: autores, 2022 (Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2022)

Posto isso, consideramos alguns trechos do artigo o Decreto Municipal Nº 58.840 datado de 03/07/2019 como principal legislação que regulamenta os Grêmios Estudantis nas escolas municipais (SÃO PAULO – SP, 2019, p. 1-3, grifo nosso):

DECRETO Nº 58.840, DE 3 DE JULHO DE 2019

Institui o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Art. 1º Fica instituído o Programa Grêmios Estudantis na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, objetivando fomentar a participação dos estudantes no cotidiano da unidade escolar, bem como incentivar **o exercício da cidadania e o engajamento democrático.**

Art. 2º Constituem diretrizes do Programa ora instituído:

I – Viabilizar a efetiva criação dos grêmios estudantis nos equipamentos da Rede Municipal de Ensino, de acordo com as disposições da Lei Estadual nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015, e do Plano Municipal de Educação;

II – Propiciar a criação de espaço de **protagonismo juvenil** e de aprendizagem, cidadania e compartilhamento de responsabilidades, na perspectiva de uma educação integral, integradora e integrada;

III - consolidar a implementação de política estimuladora da **participação dos estudantes no cotidiano da escola**, compromissada com as políticas de construção da escola pública, popular, democrática e de qualidade para todos na Cidade de São Paulo;

IV – Ampla divulgação, no ambiente escolar, do procedimento para a criação e organização, bem como da atuação dos grêmios estudantis.

Art. 3º Para os fins do Programa de que trata este decreto, considera-se:

I - Grêmio Estudantil: entidade autônoma representativa de todos os estudantes matriculados na respectiva unidade educacional;

II - Assembleia Geral: órgão máximo de decisão do Grêmio Estudantil, composto exclusivamente por estudantes e de caráter permanente, no qual todos os alunos matriculados na unidade educacional possuem voz e voto;

III - Estatuto do Grêmio Estudantil: documento escrito que contém as normas que regem a organização e a atuação do Grêmio Estudantil;

IV - Comissão Eleitoral: órgão competente para coordenar todo o processo eleitoral da Diretoria Gremista, formado anualmente nos termos do estatuto do Grêmio Estudantil;

V - **Diretoria Gremista: grupo vencedor do processo eleitoral, escolhido por meio do voto direto e secreto por seus pares para representá-los perante a unidade escolar, cuja composição e funcionamento serão definidos no estatuto do Grêmio Estudantil;**

VI - Conselho de Representantes de Turma: órgão colegiado composto pelos representantes de turma;

VII - Orientador do Grêmio Estudantil: adulto membro da comunidade escolar, indicado pelos gremistas, para orientar as atividades do Grêmio, sempre respeitando a exclusividade de atuação dos estudantes.

Art. 5º Cabe à gestão de cada unidade educacional assegurar ao respectivo Grêmio Estudantil:

I - Recursos e meios para sua instalação e realização de suas atividades;

II - Livre alocação e circulação de seus cartazes, panfletos, jornais e publicações;

III - acesso de seus representantes a todas as dependências da instituição.

A partir do decreto municipal podemos aferir algumas informações importantes para a análise de como o poder público compreende e delimita a atuação do Grêmio Estudantil. Elementos como construção de cidadania e engajamento democrático derivam de uma legislação que dispõe uma herança histórica ligada ao autoritarismo típico de uma democracia frágil. A questão do protagonismo juvenil também salta aos olhos visto que novamente nos traz a dimensão do neoliberalismo através do princípio individualista e meritocrático em detrimento do coletivo e da autonomia, como observamos nos estudos relativos de Dardot e Laval (2020).

A dimensão espacial é notória através do fomento a participação dos estudantes no cotidiano da escola, no entanto a rigidez se faz presente na ideia de composição da diretoria gremista, já que delimita o modelo eleitoral e a composição do GE na unidade escolar. Por consequência e não menos importante, observamos que apesar de haver a garantia de recursos e meios para instalação e realização das atividades do GE, bem como o acesso dos integrantes a todas dependências da instituição, não foi o que observamos do ponto de vista prático nos trabalhos de campo.

Em suma, a burocratização do processo de formatação dos Grêmios Estudantis acompanhado da rigidez normativa/institucional que muitas vezes a escola assume enquanto espaço do controle e punição impedem a criação de novos espaços de liberdade e esperança que sustentam os princípios democráticos e de luta.

METODOLOGIA DE PESQUISA E COLETA DE DADOS

Com o objetivo de dar andamento no artigo sobre a atuação dos grêmios estudantis a partir de um estudo caso, procuramos analisar a emancipação juvenil e as novas territorialidades dos Grêmios Estudantis no município de São Paulo, a partir de um Estudo de Caso, compreendendo os principais impactos da efetiva consolidação do projeto na rede municipal de ensino, frente às políticas educacionais incipientes e insuficientes para atender as demandas dos educandos.

A metodologia de pesquisa adotada para compreender a dinâmica do grêmio estudantil procurou envolver entrevistas individualizadas em um estudo de caso a partir dos alunos que diretamente estiveram envolvidos com o projeto em diversos momentos desde o nascer do projeto até o presente momento. A ideia das entrevistas individuais é utilizar uma técnica qualitativa de coleta de dados, com a finalidade de obter respostas do indivíduo às questões elaboradas em entrevista.

Entendemos que as entrevistas individuais facilitam o processo de discussão de tópicos específicos com a devida profundidade. Na área da educação, as entrevistas individuais podem oferecer várias vantagens para a pesquisa acadêmica, a partir de Bogdan e Biklen (1997) algumas delas, como:

- Profundidade de insights a partir das percepções, opiniões e experiências dos participantes. Isso é especialmente valioso na pesquisa educacional, onde entender as perspectivas dos alunos, professores ou outros membros da comunidade educacional é fundamental.
- Interações sociais onde os entrevistados revelam suas interações sociais e dinâmicas de grupo que não seriam facilmente capturadas por outros métodos.
- Exploração de temas complexos onde os entrevistados exploram questões sensíveis de maneira abrangente, abordando diferentes ângulos e pontos de vista dentro do grupo.
- Geração de hipóteses onde os entrevistados podem ajudar a gerar hipóteses e questões de pesquisa mais informadas, uma vez que as discussões em grupo podem levar a insights inesperados e a identificação de áreas de interesse que podem não ter sido consideradas anteriormente.
- Feedback rápido onde os entrevistados podem fornecer feedback rápido sobre sua condição de permanência na escola, materiais didáticos, estratégias de ensino, programas educacionais e outros aspectos relevantes da educação.

No entanto, é importante apontar que as entrevistas individuais também têm suas limitações, como a possibilidade de que vozes mais dominantes possam influenciar as discussões e a dificuldade em generalizar os resultados para uma área de abrangência maior. No entanto, como a realidade dos Grêmios Estudantis ainda é muito recente, consideramos as entrevistas e questionários como eficaz para o processo de coleta de dados primários (entrevistas) e secundários (questionários obtidos através de aplicação por parte da coordenação pedagógica da unidade escolar).

O trabalho de campo foi realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) localizada na zona leste do município de São Paulo, mais precisamente no bairro da Mooca. Segundo dados oficiais de SME atualizados em 2023, a escola supracitada conta com 652 alunos regularmente matriculados distribuídos em 10 salas de aulas e 42 servidores (professores, direção e agentes escolares) distribuídos em três turnos de trabalho (manhã, tarde e noite).

A escolha da escola se deu pela aproximação entre o pesquisador e a realidade vigente, visto que ao longo do período de desenvolvimento da tese (4 anos), permitiu-se analisar de maneira mais profunda o modo operante do antes, durante e após a implantação de um grêmio estudantil. Ou seja, no ato de escolha do estudo de caso foi mais notória a percepção de uma realidade em distintos momentos ao passo que o estudo comparativo com diversas unidades escolares inviabilizaria análises mais concretas e aprofundadas, principalmente durante a pandemia de Covid-19 em que as escolas enfrentaram o período de diferentes formas colocando os grêmios estudantis em uma situação *sui generis*.

Vale ressaltar que a análise vai para além da unidade física, procuramos no trabalho de campo reconstituir as histórias de vida dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprios e das suas perspectivas sobre a vida.

O trabalho de campo procurou identificar: (a) o perfil escolar dos estudantes que compõem a unidade escolar; (b) o antes, durante e depois da criação do grêmio estudantil na unidade escolar, incluindo seus avanços e retrocessos; (c) o perfil docente da unidade escolar e, finalmente (d) a compreensão dos participantes do grêmio acerca de sua vida pessoal e o papel do grêmio para além da territorialidade da unidade escolar.

A proposta inicial é de conseguir através dos gremistas em momentos de introspecção, informações significativas sobre o papel do grêmio na vida diária da escola e como cada gremista é influenciado por outros em situação de grupo e de que maneira ele próprio influencia o grupo, ou seja, a ideia é verificar e analisar os sentimentos, opiniões e reações que resultam em um novo conhecimento.

Entendemos que a utilização de entrevistas individuais traz como vantagem versatilidade e uma variedade de alternativas para coleta de dados e oportunidade de armazenar dados qualitativos relativos às percepções e opiniões de indivíduos selecionados.

Para além das entrevistas individuais, dentre as diversas técnicas de coleta de dados conhecidas, optamos pelo questionário. O questionário, a partir de Gil (1999, p.128), pode ser compreendido como:

“a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128)

Assim, nas questões de cunho empírico, utilizamos o questionário como técnica para coletar as informações da realidade escolar, afim de conhecer melhor o perfil dos estudantes, docentes e gestão escolar ao longo do próximo capítulo. Esta técnica foi escolhida por conta de garantir o anonimato, fácil manejo na padronização e uniformidade dos dados.

Optamos por realizar entrevistas abertas e questionários fechados com três estudantes ex-gremistas e gestor de unidade escolar (EMEI) para avaliar as reais condições dos gremistas, bem como dos professores orientadores no processo e por fim, a percepção da gestão na resolução dos desafios que se colocam presentes no cotidiano escolar.

As entrevistas possuíam oito perguntas e foram cuidadosamente elaboradas para serem respondidas pelos discentes gremistas:

1. Como é a sua vida fora da escola? Você tem irmãos? Mora com quem?
2. Como é o seu rendimento escolar? Que tipo de aluno (a) você se considera?
3. Qual matéria da escola você mais se identifica? Qual delas você tem mais dificuldade?
4. E como o GE surgiu em sua vida?
5. Qual foi o momento mais fácil e o mais difícil que você enfrentou ao longo do projeto GE?
6. Qual o papel da escola pública na sua vida?
7. Como o grêmio contribuiu para a sua formação enquanto ser humano?
8. Quais serão os seus próximos passos? Sonhos e Idealizações.

Por fim, vale ressaltar que a análise vai para além da unidade física, procuramos no trabalho de campo reconstituir as histórias de vida dos indivíduos, enfatizando o papel das organizações, acontecimentos marcantes e outras influências significativas comprovadas na moldagem das definições de si próprios e das suas perspectivas sobre a vida.

ESTADO DA ARTE: GRÊMIOS ESTUDANTIS ESPOSADA NA GEOGRAFIA

O Estado da Arte é um dos componentes mais importantes de qualquer trabalho científico, uma vez que procura referenciar o que já se tem descoberto sobre o tema pesquisado. Neste sentido, consideramos para o referido artigo não somente realizar um levantamento bibliográfico acerca de palavras-chave, mas de fato refletir sobre as possibilidades de conexão e interface entre os Grêmios Estudantis e a Geografia. Segundo Salomon (1991), a atitude científica se dá em dois momentos distintos: a primeira quando deixa de ser por um momento um pesquisador e se torna filósofo do seu próprio trabalho e o segundo, quando evitamos por um momento técnicas de pesquisa que já estamos habituados em detrimento da busca por recursos da lógica da demonstração.

Neste sentido, procuramos a priori realizar um levantamento prévio no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No ato de refino da pesquisa, procuramos trabalhar com a palavra-chave: Grêmios Estudantis apresentadas na área da Geografia. Desconsiderando a palavra-chave inserida em outros contextos, de fato encontramos apenas 3(três) dissertações de mestrado e 1(uma) tese de doutorado compreendidas entre os anos de 1987 e 2023.

A primeira delas é a dissertação de mestrado de Silva (2015), na qual procura compreender as representações sociais da juventude estudantil a respeito da escola e de seu vínculo com o trabalho formal. Os sujeitos da pesquisa foram compostos por estudantes da 3ª (terceira) série do ensino médio regular das escolas da rede pública de ensino na Região Administrativa do Gama-DF e a ideia do autor foi a de estabelecer conexões entre o mundo do trabalho e a cooptação da juventude frente as políticas neoliberais.

A segunda delas é a dissertação de mestrado de Silva (2019), na qual procura entender como o projeto de reforma “Reorganização” escolar de 2015 reproduz a desigualdade socioespacial em Sorocaba-SP, mais especificamente no entorno de uma escola na periferia da cidade. Apesar do enfoque do trabalho ser mais voltado para a relação entre escola e espaço urbano, o autor posiciona a importância do grêmios estudantis através de entrevistas e questionários para a construção de espaços de diálogo e resistência.

Assim como o segundo trabalho, a dissertação de mestrado de Queiroz (2020) buscou apreender as ocupações escolares em 2015 tendo como referência algumas escolas estaduais que foram ocupadas pelos estudantes do Estado de São Paulo. O foco da pesquisa girou em torno do conceito de espaço e território a partir da tática de luta contra o neoliberalismo e dando ao conceito de espaço uma posição estratégica como forma de resistência nas cidades aos ditames do sistema de capital.

Por fim, novamente Silva (2021), dando continuidade aos seus estudos produz a tese de doutorado intitulada por: “A motivação para aprender no ensino de Geografia: o posicionamento da juventude estudantil em relação as metodologias de ensino em escolas públicas do Gama-DF”. Neste trabalho, o autor procura analisar as metodologias de ensino empregadas nas aulas de Geografia, com o intuito de identificar aquelas que mais motivam os estudantes para as aulas, de acordo com o posicionamento da juventude estudantil, em duas escolas públicas de Ensino Médio na Região Administrativa do Gama - DF. Apesar do grêmio estudantil não ser o principal enfoque da pesquisa, a tese se apresenta como material de referência para consolidar os estudos entre o ensino de geografia e a juventude brasileira na atualidade. Posto isso, em seguida realizamos um levantamento prévio de periódicos, apresentações de trabalho em eventos, capítulos de livros, dentre outros na plataforma do Google Scholar a partir da mesma premissa anterior, ou seja, trabalhar com a palavra-chave: Grêmio Estudantil apresentadas na área da Geografia. Desconsiderando a palavra-chave inserida em outros contextos, de fato encontramos apenas 3(três) artigos.

O primeiro deles é Oliveira (2020), no qual salienta o papel político da escola na formação de indivíduos que compreendam e valorizem o bom funcionamento de uma democracia a partir da realidade carioca, mais precisamente no Colégio Pedro II. O Colégio Pedro II é uma instituição de ensino público federal do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1837, é uma das instituições de ensino mais antigas e tradicionais do país.

Em seguida, temos dois trabalhos de Estágio Supervisionado de Geografia, tanto Scheibe e Silva (2015), quanto Oliveira e Morais (2021) onde procuram retratar em realidades distintas no ambiente escolar e, ao meu ver, de maneira superficial, a atuação dos grêmios estudantis no Ensino Médio frente a greves e situações de vulnerabilidade dos estudantes.

Além disso, acessamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e desconsiderando a palavra-chave inserida em outros contextos, não encontramos nenhum trabalho. A partir do momento em que ampliamos nosso olhar para além da área da Geografia, o universo de pesquisas se amplia, principalmente em estudos ligados a História, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais.

Daremos destaque para aquele que mais se aproxima de nossa realidade. Estamos falando da dissertação de mestrado em Educação: História, Política, Sociedade de Amália Galvão Idelbrando, datada de 2012, intitulada por: “O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos”. Graduada em Letras, a autora procura verificar qual a relação entre as ações de um Grêmio Estudantil de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Paulo e o processo de formação da cidadania dos alunos.

Por fim, a partir do estado da arte, podemos inferir que o presente artigo se apresenta como inédito na temática dos Grêmios Estudantis ligadas à área da Geografia. Principalmente quando considerarmos as manifestações em realidades do Ensino Fundamental II no município de São Paulo, com o enfoque para uma linha do tempo, desde a criação, construção e resistência de um coletivo em tempo real. Daí as categorias geográficas como espaço e território ganham sentido a partir da realidade escolar.

FRONTEIRAS DE EXCLUSÃO: ESTUDO DE CASO – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL “UNIVERSO JOVEM”

Nesta última parte do artigo, buscamos apresentar os resultados tabulados do trabalho de campo e entrevista aplicada na unidade escolar. O lócus da pesquisa é a escola municipal de Ensino Fundamental EMEF “Universo Jovem”, localizada no bairro da Mooca, conta com três turnos de funcionamento: Manhã: fundamental I regular - do 1º ao 5º ano; Tarde: fundamental II regular - do 6º ao 9º ano e Noite: fundamental II na modalidade EJA regular - da etapa complementar a etapa final. A escola foi inaugurada

em 1956, denominada “Escola Isolada da Mooca”, posteriormente foi denominada “Escolas Agrupadas do Centro Educacional da Mooca”, e em 1963 passou a adotar o nome atual.

Apresenta como ambientes de estudo e trabalho as seguintes estruturas: Laboratório de Informática – 01 (um); Quadras – 01 (uma); Rampa – 01 (uma); Salas de aula – 10 (dez); Sala de leitura – 01(uma); sanitário para deficiente – 01(um); e Parque com Playground – 01(um).

A equipe gestora é composta por diretora, 2 (duas) assistentes de direção e 2(duas) coordenadoras pedagógicas, que servem ao ensino fundamental I, II e Ensino de Jovens e Adultos(EJA) respectivamente. Fazem parte da equipe de funcionários: 6 (seis) agentes de apoio escolar, 3 (três) serventes de limpeza e 2 (duas) merendeiras de empresas terceirizadas. O corpo docente é composto por 38 (trinta e oito) professores, sendo 32 (trinta e dois) efetivos de cargo e 6 (seis) contratados, incluindo os professores readaptados ou em módulo. Vale frisar que essa composição pode variar durante o ano letivo vigente.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade, a escola está relativamente equipada após o período pandêmico com kits de multimídia distribuídos pelas salas de aula, alguns em processo de manutenção afim de executar as demandas educacionais cotidianas, possui material pedagógico específico, como mapas, telescópios, papelaria em geral e *softwares* básicos instalados para o exercício docente. Sobre o material didático, há um *déficit* em praticamente todas as disciplinas visto que os livros didáticos ainda são datados do ano de 2018 sem a renovação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o que dificulta grande parte do cotidiano escolar sendo inclusive tema de atuação do grêmio estudantil da unidade. Conta ainda com um laboratório de informática, sala de leitura e Sala de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), voltado para acompanhamento dos alunos de inclusão no contraturno.

O desenvolvimento do artigo procurou evidenciar um período específico (2019 a 2022). Neste sentido, vale ressaltar que durante o período não houve mudança na direção e assistência de direção, apenas no quadro das coordenadoras pedagógicas por motivos de concurso público e/ou designação para outras funções. Por questões éticas decidimos omitir o nome da escola, bem como o nome dos entrevistados por serem menores de idade e pelo próprio sigilo que foi exigido por parte dos envolvidos na pesquisa.

Entrevista com Rosa Luxemburgo em 10 de abril de 2023

Rosa Luxemburgo, primeira presidente do GE da EMEF “Universo Jovem”, concordou em deixar-me entrevistá-la para a minha pesquisa. Aproveitou o momento para visitar a escola, matar a saudade e fazer uma breve fala para as turmas de 9ºano já que recentemente foi aprovada no curso de Eventos na Escola Técnica Estadual (ETEC) e a pedido do professor, foi incentivar a turma do ano subsequente a enfrentar os vestibulinhos para o Ensino Médio. Às 14 horas do mesmo dia, na sala da coordenação, entre abraços e interrupções por parte da rotina escolar, respondeu algumas perguntas sobre sua vida pessoal, educação, grêmio estudantil e futuro. Abaixo elencamos os principais trechos:

E: Rosa Luxemburgo, tudo bem? Queria falar com você um pouquinho sobre sua vida, você nasceu em São Paulo?

RL: ***Bom, minha origem é lá da Bolívia e da Espanha, aí meus avós vieram e é tudo misturado, só que eu não tenho nenhum vínculo com a Bolívia, eu só nasci lá e vim pra cá muito pequena.***

E: Ah que legal! Eu não sabia que você tinha nascido lá!

RL: Eu nasci lá, mas passei minha vida inteira aqui, não tenho nada a ver com a cultura de lá.

E: E você tem irmãos? mora com quem?

RL: Tenho 5 irmãs, sou a mais velha, 3 nasceram aqui e eu e minha irmã nascemos na Bolívia, moro em duas casas, pois meus pais são separados.

E: E você estuda hoje?

RL: Sim, estou no primeiro ano do ensino médio na ETEC Belém no curso de Eventos.

E: E como você avalia seu desempenho escolar ao longo da vida?

RL: Desde a EMEI, minha mãe sempre me cobrou pesado, com 5 aninhos ela me obrigava a ler, foi isso até o sexto ano. ***Aí teve a pandemia, foi um negócio que me prejudicou muito***, que após um tempo fui deixando de lado e como foi todo mundo passando, eu acabei desenganando da escola, aí quando acabou voltei para o 8ºano e tive muitas dificuldades. Só no 9ºano recuperei meu rendimento e voltei focada para a ETEC.

E: Eu lembro desta fase do 8ºano que você estava revoltada com a escola!

RL: Eu não quero nem lembrar desta fase! Agora eu tenho que estudar, já que meus colegas de sala da ETEC são muito estudiosos, então tenho que acompanhar.

E: E como decidiu pelo curso de Eventos na ETEC?

RL: Olha, eu não tava botando muita fé em entrar na ETEC, então escolhi um curso menos concorrido, só que aí cheguei na prova e achei muito fácil! Deveria ter escolhido Nutrição ou Informática.

E: E qual disciplina você mais gosta e a que você tem menos gosta?

RL: Eu não gosto muito de Matemática e adoro História e Geografia.

E: Fora a ETEC, você trabalha? Quais são as suas atividades?

RL: ***Eu vou fazendo várias coisas, no começo do ano tava trabalhando no shopping para pagar um curso de Terapia Holística!***

E: Terapia Holística?

RL: Sim, mas tive que largar porque não estava conseguindo estudar de manhã, trabalhar a tarde e estudar a noite. Chegava muito tarde em casa.

E: E como você desenvolveu esta liderança já que foi a primeira presidente do grêmio da escola?

RL: É, foi muito difícil na verdade! Eu vi que a minha chapa tava precisando de ordem e eu me candidatei, porque ninguém queria ser presidente e eu gostava muito de organizar as coisas. Aí eu organizei, e eu chegava na escola e tava muito focada em ganhar, ganhar, ganhar! Aí pensei, o povo da tarde não tava muito fácil de ganhar, eu tenho que focar nos outros alvos, manhã e noite e foi isso que eu fiz.

E: E durante a sua gestão qual momento foi mais marcante para você? Positivo e negativo?

RL: ***O momento mais difícil foram as eleições, eu tava muito sob pressão, eu acho que foi a maior prova de mostrar o que eu sabia fazer na minha vida!*** Eu achei que ia perder, e o momento bom foi o todo em si, a gente discutia ideias, a gente participava realmente e as brincadeiras que a gente fazia.

E: E como você acha que o grêmio contribui para a sua vida, para sua autonomia?

RL: Foi um negócio que me marcou, tipo assim, ***porque vi que batalhei e consegui, se eu me dedicasse, eu ia conseguir alguma coisa, tinha potencial de liderar algumas coisas, organizar as pessoas, aí nisso percebi um talento.***

E: E a escola pública?

RL: O conceito é muito legal, já que é para todo mundo, aprendi a lidar com muitas pessoas diferentes. E aqui na escola todo mundo é de boa, eu gosto muito da comida, eu sinto falta da comida! A comida é de qualidade, eu lembro da greve que fizemos da bolacha com sal.

E: Greve? Bolacha com sal?

RL: Sim, você não lembra? Fizemos em 2019 quando cortaram a água da escola e organizamos o movimento e fomos na subprefeitura, veio até repórter aqui!

E: Eu lembro dessa história!

RL: Na minha escola de hoje, a comida é muito pior. Além disso, os professores daqui são excelentes, a gestão se preocupa muito com os alunos.

E: E pra fechar, qual o seu sonho? O que você pretende fazer?

RL: *É um negócio que eu fico preocupada, só sei que eu não quero viver uma vida normal, sabe? Só trabalhar, trabalhar, trabalhar.* Quero focar na questão de ser terapeuta para conseguir ajudar as pessoas. Eu gosto de ajudar as pessoas, dando conselhos, palestras, essas coisas, aí eu quero muito focar nisso, primeiro focar em mim. E estando bem, consigo ajudar os outros, eu quero também focar nos investimentos, quero ficar bem financeiramente para me lançar na vida.

E: E faculdade você tem ideia?

RL: Não tenho interesse!

E: Então é isso Rosa Luxemburgo, muito obrigado e encerramos a entrevista.

RL: De nada!

Após o término da entrevista, Rosa Luxemburgo me pergunta se o horário do intervalo está próximo já que queria aproveitar a almoçar por ali. Disse que deveria perguntar para a gestão e assim foi, aproveitou a tarde e matou a saudade de todos, realizou a entrevista e saiu de barriga cheia.

Posto isso, inúmeras indagações e questionamentos nortearam o desenrolar do artigo diante das dimensões que se inter cruzam, a questão da atuação política e a esfera do privado marcada pelas inúmeras vulnerabilidades apresentadas ao longo da entrevista.

Como a primeira presidente do grêmio estudantil, a jovem que agora conta com 15 anos se depara com o cargo em 2019 aos 12 (doze) anos, em meio ao 6º ano do Ensino Fundamental II. De origem boliviana, enfrenta tudo e todos para demarcar território em um bairro tradicional de São Paulo, notadamente marcado pela colonização italiana.

Com origem humilde e histórico familiar complexo, a mais velha de 5 irmãs agora enfrenta o desafio de conquistar os votos de uma comunidade escolar exigente e cansada de promessas. Notadamente enfraquecida no processo eleitoral no período em que estuda, resolve incluir a EJA no foco do debate ao trazer o período noturno para o jogo. Daí, a partir da troca de experiências, ganha maturidade no processo e fatura as eleições. Apenas mais uma batalha diária vencida, mal sabia ela que inúmeras outras seriam travadas dali em diante.

Próprio do adolescente, passou por inúmeras crises de representativa de que ao longo da pandemia se acentuaram diante do distanciamento social e tecnológico que norteara sua vida, já que abandonou os estudos on-line e seguiu o triste fluxo dos estudantes de escola pública durante a Covid-19.

Como dizem por aí, não deixou a peteca cair e sugeriu temas para podcasts durante a pandemia, dentre eles: saúde mental, ensino à distancia e o papel da educação em nosso país.

Para além, encabeçou um movimento pacífico sobre a questão da água, já que a escola ficou sem o recurso durante quase um mês, onde a refeição seca predominou, mas onde a sede por resolução do problema criou inimizades momentâneas por parte da gestão que naquele momento se tornaram secundárias diante do ocorrido.

Figura 2: Reportagem sobre a falta de água na escola em 2022



Fonte: <https://recordtv.r7.com/sp-no-ar/videos/criancas-almocam-bolacha-por-falta-de-agua-em-escola-da-mooca-23052022>. Acesso em 21 julho 2022.

Ao ser questionada sobre o ocorrido à época, lembra o fato de que foi solicitada para acalmar o ânimo das crianças já que a questão era uma reforma que já havia sido solicitada por parte da escola e constava nos trâmites da SME.

Encerra sua gestão e o 9º ano do Ensino Fundamental II com inúmeros desafios e respeito de todos, o olhar sereno e tranquilo agora transparece segurança e sonhos. O grêmio estudantil para a Rosa Luxemburgo foi muito mais do que a materialidade da formação política, foi o maior desafio da vida que já se apresentou até então. Motivo de orgulho, traz o princípio do comum de Pierre Dardot (2020) através do sonho de um dia se tornar terapeuta e ajudar o maior número de pessoas com os seus conselhos.

Trabalho de Campo: Estudo de Caso – O nascer de um sonho!

Um dos principais desafios do processo pós eleitoral é: identificar e deixar claro as funções e atribuições do grêmista na diretoria da chapa vencedora; definir os territórios de reuniões pré estabelecidas a partir de um calendário anual, definir metas acerca da destinação da verba oferecida pela SME; utilizar os bens de consumo do grêmio de maneira racional e intencional voltada para o bem-estar de todos; planejar e executar os planos de ação prometidos ao longo das eleições e, por fim, realizar os registros das reuniões para reavaliação de condutas.

Em tese, os calendários de reuniões são alinhados com a Equipe gestora em consonância com os interesses do professor articulador e os grêmistas. Na prática, periodicidade, como observamos em campo, a gestão escolar tem um poder maior sobre a atribuição dos horários e práticas em detrimento do professor e dos grêmistas.

Na teoria, a formação do plano de ação do grêmio é de responsabilidade de um grêmista interlocutor em parceria com o professor orientador, a construção do documento em si envolve os educandos, no que chamamos de emancipação juvenil. Na prática, é alinhado pelo professor e coordenação pedagógica

que são constantemente questionados pela supervisão escolar sobre as burocracias que inviabilizam o andamento do projeto de maneira célere.

É fundamental esclarecer que o grêmio, enquanto instituição fundamental para o aprimoramento da democracia participativa é maior que a própria chapa vencedora, já que a gestão é temporária e eleita. O planejamento deve levar em consideração as expectativas de todos, anotação e refino das propostas e equalizar as promessas, expectativas e objetivos diante da escola que existe e da escola que se deseja alcançar. Dentro do trabalho de campo, elencamos através dos eixos de atuação as principais propostas levantadas pelos grêmios vencedores, foram elas:

Quadro 1: Principais propostas gremistas da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem”

Comunicação	Social	Esporte	Cultura	Política
Rádio escolar; Elaboração de podcast; Participação nas reuniões da unidade; Integração com outras unidades escolares.	Campanhas solidárias; Depressão na pandemia; Racismo na escola; Questões sobre a sexualidade; Hortas pedagógicas;	Campeonatos de futebol, vôlei, basquete etc. Interclasses e interescolas. Campeonato de truco; Gincanas do dia das crianças.	Saraus; Show de talentos; Visita a parques (SESC); Oficinas de mangás e abayomi; Festas temáticas; Danças.	Palestras, debates e manifestações; Participação nas reuniões da unidade escolar; Avaliação da gestão e professores da unidade.

Fonte: Dados de Campo, 2019.

As formas de divulgação das propostas giram em torno dos cartazes, enquanto ferramentas de fácil acesso e personalização por parte de todos, jornais, blogs, perfis em rede sociais (Facebook, Instagram dentre outros), podcasts, murais e sites.

Estamos no mês de março de 2019, a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem” recebe uma orientação da Secretaria Municipal de Educação de que a partir daquele momento a escola é convidada, subentende-se “obrigada” a criar um grêmio estudantil, visto que as portarias e legislações avançam no sentido de organizar a nível municipal os grêmios estudantis. O corre-corre diante da procura de um professor orientador, bem como a forma de realizar o chamamento para as eleições atinge os corredores da unidade.

Muitos professores da unidade se prontificam, mas por ora se deparam com as burocracias da elaboração do projeto, além do extrapolamento da carga horária, já que a ideia dos encontros com os gremistas ocorre no contraturno do professor, ou seja, muitos acabam abrindo mão de seu horário de descanso para trabalhar além e receber como jornada extra, o que desagrada muitos já que não incorpora nos honorários para efeitos de previdência.

Passado a primeira barreira do desafio de implantação do grêmio, o professor orientador convive com o estigma de ser “marcado” pela gestão e visto como um possível articulador de “bagunças e motins” na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem”. Para além disso, os prazos correm e é necessário a elaboração do projeto cujo nome não pode conter a palavra grêmio, já que existe rumores de que os mesmos não são aprovados por conta das burocracias da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Após a aprovação, o professor orientador convida os alunos engajados no projeto e que serão responsáveis por organizar uma comissão eleitoral. Nos meses de abril e maio de 2019, cartazes são espalhados e o Ensino Fundamental I, II e médio começam a receber as chapas candidatas: Universo Jovem e Diversidade Estudantil. Há uma fusão de educandos na composição das chapas afim de angariar mais votos pelos anos seguintes, outros abordam propostas inviáveis para a unidade escolar e outros ainda, subornam os eleitores com caixas de pirulito e bala após o pleito eleitoral.

Diante dos impasses, a construção do grêmio se faz presente com a premissa básica de que a democracia é uma construção coletiva que se materializa nos territórios da escola em disputa e que são invariavelmente contaminados por inúmeros crimes eleitorais praticados para além dos muros da própria escola.

Na mediação do processo, o professor orientador se vê muitas vezes isolado no processo e envolto nas respostas que a gestão da unidade lhe impõe como: publicação de edital de eleição, convocação das reuniões, listas de presença e principalmente, atas e mais atas que precisam registrar minimamente os detalhes abordados em cada reunião. Para além disso, a burocratização do processo de implantação do GE desidrata qualquer tentativa de fomentar o debate político acerca do que envolve um processo eleitoral e suas nuances.

Em paralelo, educandos cansados pela rotina extraclasse, estressados pela própria convivência do grêmio, fome, sede e apreensão pelo momento em que as famílias vão lhes buscar no período noturno tomam sua existência. Reclamam sobre a importância de se discutir conceitos como democracia, eleições e cidadania, temas que alguns consideram banal e/ou distantes das realidades em que são inseridas.

Após a aprovação das chapas e planos de ação, as chapas concorrentes são convidadas a apresentar suas propostas na gestão da unidade. Uma canetada ali, outra ali e outra acolá, parte das promessas feitas aos eleitores são riscadas.

A revolta toma conta dos gremistas, já que alguns prometeram suco de laranja nos bebedouros, outros prometeram um gatil para abrigar os animais abandonados na escola e outros apenas queriam um intervalo musicado. Independente das reivindicações, a gestão esbarra no discurso de sempre: falta de verbas e propostas não alinhadas com a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem”.

Superado as expectativas, o banho de água fria é substituído por um engajamento surpreendente, o brio tomou conta dos gremistas e o discurso encontrou uma só voz: independentemente dos vencedores, haveria uma tentativa de realização de propostas a revelia da direção da unidade escolar.

As eleições bateram recorde, já que o índice de educandos na unidade escolar gira em torno de 750 (setecentos e cinquenta) a 800 (oitocentos) matriculados, as eleições na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem” atingem seu momento áureo.

Tabela 2: Resultado das eleições da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem”

Nome	Votos
<i>CHAPA 1 – Diversidade Estudantil</i>	275
<i>CHAPA 2 – Universo Jovem</i>	323
<i>Branco e Nulos</i>	29
<i>Total de votos</i>	627

Fonte: Dados de Campo, 2019.

Com um total de 627 votantes, incluídos os alunos recém alfabetizados do Ensino Fundamental I e o Ensino de Jovens e Adultos, a contabilização dos votos contou com a participação dos professores e presidentes das chapas concorrentes e foi realizada de maneira auditada e aberta na sala de leitura.

Após a divulgação dos resultados, muitas lágrimas e alegrias tomaram conta da sala de leitura, um dos territórios em disputa pelos gremistas da unidade. A presidente da chapa vencedora realiza o discurso de

posse aos professores e gestão da unidade e convida a presidente da chapa perdedora para montar um governo de coalizão. A proposta foi negada e mais uma lição da democracia se faz presente na unidade escolar: O voto não é apenas um exercício de cidadania e democracia. O voto é a demonstração de um poder constituído em tempo e espaço específico. O sentimento de relaxamento após as eleições toma conta dos diretores e presidente recém-empossados em cerimônia meramente formal enviada para a Secretaria Municipal de Educação (SME).

A competição ao mesmo tempo que aquece os corações durante a campanha, agora é caracterizada pela oposição que se faz presente dentro da unidade escolar. Superado o desafio da reafirmação da chapa vencedora, alguns diretores da chapa concorrente começam a conformar um governo de coalização, já que o grande desafio se coloca na frente dos gremistas: como garantir as propostas de ações.

Ao passo que os gremistas tomam funções ligadas a diretoria, a presidente sofre com a inserção das pautas na gestão escolar e convive com a obrigação e o carma de ser cobrada constantemente sobre o seu comportamento, notas e principalmente, como realizar as propostas que lhe foram impostas. Alguns diretores abandonam seus cargos, outros são convidados a compor a direção e outros ainda, cumprem com celeridade suas pautas e ajudam os outros nas demais funções.

O principal impasse do grêmio recém empossado é o território de existência do projeto. Durante o trabalho de campo, observamos a desterritorialização dos gremistas na unidade escolar, já que não lhes eram concedidos territórios de formação onde haveria o preenchimento de atas e desenvolvimento das demais atividades do cotidiano com relativa privacidade e autonomia.

As reuniões ocorreram na sala de leitura, sala de informática, sala de recursos, refeitório, corredores, salas de aulas e alguns momentos simplesmente não havia na unidade escolar espaços adequados para a existência do projeto. Ao desenrolar do tempo, esta se tornou a principal reivindicação dos gremistas na unidade escolar.

Um dos momentos de destaque na atuação do Grêmio Estudantil na unidade escolar foi a articulação do movimento de paralisação dos alunos em um ato em direção a subprefeitura para realizar um protesto contra a falta de água na unidade escolar, como Rosa Luxemburgo afirmou em sua entrevista. Como resultado, a Diretoria Regional de Educação através de seus representantes se comprometera através de palavras e verba afim de solucionar o problema de encanamento da unidade escolar.

Por fim, com um mandato de dois anos, inúmeros desafios fizeram parte do projeto ao longo de 2020 e 2021. A pandemia provocou no mundo como um todo, medo, apreensão e inúmeras incertezas no que diz respeito ao futuro. Neste sentido, o Grêmio Estudantil ficou estacionado pelo elevado grau de isolamento e foi fator preponderante para a desconstrução do Grêmio Estudantil na unidade escolar para alívio de alguns e tristeza de muitos na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Universo Jovem”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da análise dos dados apresentados, conforme a problematização estabelecida foi a de analisar a emancipação juvenil e as novas territorialidades dos Grêmios Estudantis no município de São Paulo-SP a partir de um Estudo de Caso. O problema da pesquisa pode ser compreendido com a seguinte questão: Os grêmios estudantis conseguem se expandir enquanto coletivo nos territórios educacionais de maneira plena?

A resposta para tal pergunta decorre da análise do funcionamento de um Grêmio Estudantil, como se dão as relações de poder no espaço escolar e como se articula os integrantes do projeto para garantir o princípio do comum e a autonomia. É inegável a herança da ditadura militar na construção do Grêmio Estudantil diante da rigidez na legislação e do contexto recente do princípio democrático no ambiente escolar, seja através da alienação ou do baixo envolvimento da comunidade escolar ao longo da vigência da gestão gremista. A não apropriação se dá pela falta de comunicação com a gestão, a desterritorialização

dos professores envolvidos no projeto, a baixa integração que se dá entre os grêmios estudantis, visto que muitos ressaltam que o momento mais feliz do GE foi quando houve um passeio para o Serviço Social do Comércio (SESC), onde de fato havia integração com outros gremistas além da própria pandemia de COVID-19 que desterritorializou o Grêmio Estudantil em si.

Tudo isso dificulta o processo de formação de uma cultura gremista, onde os mesmos são infantilizados por parte da comunidade escolar ou rotulados como baderneiros ou “rebeldes sem causa”. As articulações no espaço escolar são incipientes e isoladas dependentes da boa vontade da gestão ou dos professores da unidade escolar.

É inegável que o processo de burocratização da Secretaria Municipal de Educação (SME) afeta diariamente o engajamento por parte da Direção que concentra suas atividades voltadas para o setor administrativo, já a Coordenação Pedagógica enfrenta os mesmos desafios no preenchimento de relatórios, demandas burocráticas de Sistema de Gestão Pedagógica (SGP) dentre outros. Diante disso, o Grêmio Estudantil cai no ostracismo e se torna de fato apenas uma instituição proforma frágil e isolada no território escolar.

Os dados analisados revelam que os gremistas, de maneira geral apresentam lapsos de cidadania, autonomia e consciência política, pois suas potencialidades não são exploradas diante da visão tradicional do GE: tarefas e reprodução das atividades estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

O que percebemos é que a gestão escolar diante da imposição do decreto que obriga a criação dos Grêmios Estudantis, não conseguiu se apropriar de fato do que consiste o Grêmio Estudantil. A incorporação e o trânsito dos gremistas na unidade ainda é restrito diante da falta de mobilização que há para uma mudança estrutural nas escolas municipais de São Paulo. Acreditamos que uma das saídas está na formação contínua dos gestores escolares, coordenação pedagógica e professores como forma de inclusão dos gremistas no espaço escolar para além da legislação e sim para o empoderamento dos jovens. Mas a partir daí, surge algumas reflexões.

O território e o espaço escolar para os alunos gremistas se tornam de fato lugares para a construção do princípio do comum e da autonomia cidadã? Poderíamos refletir sobre a ampliação do projeto dos Grêmios Estudantis na esfera federal através de legislação específica e garantir para as municipalidades do território brasileiro a obrigatoriedade de garantir para os estudantes espaços e possibilidades de novas vivências?

A espacialização da juventude gremista através das relações sociais, formas de organização, de resistência, de participação em reuniões de conselho escolar construíram um território. Território este que permeia inúmeras relações de poder dentro e fora do ambiente escolar, desde a truculência por parte da gestão até o desinteresse do poder público para a perpetuação do projeto em rede municipal.

Afim de enfrentar as armadilhas do neoliberalismo na educação que aniquilam a realidade vigente, só há uma saída: a luta através dos movimentos estudantis organizados, coesos e atuantes. A história recente nos mostra que o hiato gerado na ditadura militar, trouxe várias consequências para a construção dos movimentos estudantis nos dias atuais.

Diante da alienação espacial e do tecnicismo assumido pela escola pública enquanto formadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho, o legado ainda se mostra incipiente visto que a legislação que ampara os Grêmios Estudantis têm menos de 5(cinco) anos de existência. No entanto, os princípios que surgem a partir de movimentos de resistência, como observamos em nosso estudo de caso, nos dão esperança para enfrentar a lógica neoliberal e suas vertentes pelo processo de territorialização dos Grêmios Estudantis.

Podemos afirmar que a geografia através do conceito de espaço e território tem muito a oferecer para a estratégia de enfrentamento por uma sociedade mais justa na perspectiva do princípio do comum. Já que defende não apenas uma ideia de interpretação conceitual, mas de fato a construção de novas realidades a partir da interiorização do real sentido da política, da produção do espaço e, principalmente das contradições inerentes ao processo de acumulação de capital.

Chegamos a um momento em que a luta de classes está cada vez mais evidente e, ao mesmo tempo, mascarada pelas inúmeras entranhas que o capital se apropria na realidade da escola pública. O Grêmio Estudantil se apresenta como um elemento basal no espaço escolar sendo um garantidor de direitos, de deveres e de possibilidade de ascensão dos gremistas através dos elementos democráticos de um comum para além da esfera econômica.

Não omitimos o controle social a partir do mundo do trabalho precarizado, no entanto, o espaço escolar em uma perspectiva neoliberal suspende mesmo que temporariamente o tempo do trabalho precarizado. Portanto, a escola suspende o peso do mundo trabalho precarizado que afeta diretamente os sujeitos que pertencem a uma classe social específica, que são de grupos étnicos raciais específicos e que, portanto, sofrem mais essa pressão social e que veem na escola um lugar no qual essa suspensão mesmo que parcialmente se realize, ou seja, é na escola que o sujeito não costura para os pais, é na escola que o sujeito não cuida do irmão mais novo, por fim o sujeito é apenas uma criança/estudante.

Com a pandemia, o espaço escolar enquanto mediação desaparece, as fronteiras fluídas ali delimitadas de dentro e fora são rompidas. A suspensão é desfeita e a criança/estudante se funde ao mundo do trabalho precarizado, já que o meeting não suspende o tempo produtivo, visto que esse sujeito, ao mesmo tempo que se forma, assume outros papéis enquanto ser no mundo.

Para além disso, a alienação espacial e a desvalorização do comum em detrimento do protagonismo individualista meritocrático são passíveis de serem contornados através do Grêmio Estudantil no ambiente escolar.

A materialidade do Grêmio Estudantil entra em cena e suas atividades geram mudanças estruturais e normativas na microescala de poder que se engendra os territórios escolares. Quando estudantes se mobilizam, o espaço e as forças que ali atuam também precisam se mobilizar. É um enfrentamento pontual ou cotidiano em diversas escalas, desde um intervalo musicado até a resolução de um problema hidráulico em uma escola que atende quase 800 (oitocentos) alunos diariamente.

As lutas do cotidiano dos Grêmios Estudantis são muitas vezes invisibilizadas pela mídia em geral e pelo poder público. Resultado de uma sociedade alienada pelo capital, as experiências individuais e coletivas são diluídas em meio ao caos que o neoliberalismo provoca na educação.

Portanto, podemos concluir que apresentamos a experiência da criação e manutenção dos Grêmios Estudantis no município de São Paulo através de um estudo de caso e dessa forma, nosso objetivo foi o de promover uma análise sobre o movimento estudantil atrelada a Geografia enquanto ciência e disciplina que auxilia no fomento a construção e aprimoramento da produção do espaço a partir de um olhar mais humanizado. Tal processo resultou da apropriação por um determinado momento do espaço da escola por meio de atividades individuais e coletivas. Por apresentar características multifatoriais, os movimentos estudantis na figura do Grêmios Estudantis manifestam espacialmente os avanços e retrocessos de nossa sociedade, de uma educação bancária e de um sistema corrompido pela esfera privada. Enquanto acionistas se infiltram no mercado financeiro, gremistas se infiltram nos conselhos deliberativos da escola. Esperamos que novas pesquisas apareçam para aprofundar os estudos sobre os grêmios estudantis em São Paulo na esfera municipal e podemos concluir que o presente artigo não trata somente dos Grêmios Estudantis, mas também de suas insatisfações e retrocessos como forma de romper com a realidade vigente, já que a exclusão é inevitável, mas a inação é uma escolha.

A fim de finalizar este trabalho, a ideia não é trazer apenas retrocessos, mas possibilidades, visto que ao abordar o espaço escolar enquanto território em disputa, devemos nos atentar as múltiplas escalas, já que os sujeitos assumem uma significação ontológica, já que a produção do espaço ressignifica os próprios sujeitos que dali fazem parte. Ou seja, mesmo que uma perspectiva de estudo de caso, podemos aferir que se as mudanças da relação dos sujeitos com o mundo se fizeram pouco presentes, não podemos afirmar o mesmo da relação deles com o espaço escolar. Pequenas mudanças, grandes significados e assim

vamos seguindo, com o sonho do vir a ser cada vez mais presente no espaço escolar como mediador de um mundo para além da esfera neoliberal.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre Sales Macedo. **Concepções materialistas nas estéticas de Brecht e Lukács**. 2011, pag. 53.
- BLOCK, Osmarina; RAUSCH, Rita Buzzi. Saberes docentes: dialogando com Tardif, Pimenta e Freire. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 15, n. 3, 2014.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative research for education**. Boston, MA: Allyn & Bacon, 1997.
- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. A participação política em grêmios estudantis na perspectiva de documentos orientadores. **Educação On-line (PUCRJ)**, v. 37, p. 15-34, 2021.
- CIVIL, Casa. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.
- CIVIL, Casa. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A revolução do comum**, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/KwGZbt5DjkfpSWXm3mrQpRP/#>>.
- DETONI, Márcia. Os meios públicos de comunicação e a construção da esfera pública. **Revista Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 21-37, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IDELBRANDO, Amália Galvão. **O grêmio estudantil de uma escola municipal de ensino fundamental de São Paulo e a relação no processo de formação da cidadania dos alunos**. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10332>. Acesso em 04 de mar 2023.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017.
- LINHARES, Mirna Sousa. **Temporalidades e espacialidades do comum: um estudo de práticas em São Paulo**. 2020. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-24062022-114035/en.php>. Acesso em 6 mai. de 2023.
- MAZETTO, Flavio Eduardo. **Estado, políticas públicas e neoliberalismo: um estudo teórico sobre as parcerias-público-privadas**, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/406>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em 21 nov., 2022.
- OLIVEIRA SILVA, Felipe Terra de.; MORAIS, Jonny Alan. Relatório de Estágio Supervisionado de Geografia I: atuação em instituições da rede básica de ensino municipal e estadual durante o modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE). **Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia**, v. 8, n. 15, p. 3-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/81909/46625>. Acesso em 20 de fev. 2023.
- OLIVEIRA, Anne Felipe Camargo de. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável e a legitimação do capital global: uma análise crítica da governança por objetivos**. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2022.

OLIVEIRA, Patrícia do Prado. A importância da investigação da realidade dos estudantes descendentes de bolivianos. In: **XVI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2017, La Paz, Bolívia, pág. 1 a 9. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal16/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/04.pdf>. Acesso em 23 de abril 2023.

QUEIROZ, William Fernando Camilo. **A Geografia da reorganização escolar em SP: neoliberalismo, ocupações escolares e movimento socioespacial de estudantes em 2015**. 2020. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193863/queiroz_wfc_me_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 07 jan. 2023.

SALOMON, Délcio. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SÃO PAULO, (Prefeitura) **Decreto 58.840, de 03 de julho de 2019**. Dispõe sobre a Instituição do Programa Grêmio Estudantil na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Diário Oficial do Município, São Paulo, 03 de jul. 2019.

SCHEIBE, Theo; SILVA, Thiago Henrique de Castro. Geografia, formação crítica dos alunos e a atuação do grêmio estudantil do colégio de aplicação – UFSC. In: FERRETTI, Orlando; SPRINGER, Kalina S. (orgs). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: segundo semestre de 2015**. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2015. Disponível em <http://nepegeo.ufsc.br/artigos-para-a-disciplinaestagio-supervisionado-em-geografia-ii>. Acesso em: 13 de mar 2023.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; DE LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em 20 de jan. 2023

SILVA, Maciel. **Juventude estudantil e as representações sociais da escola e de seu vínculo com o trabalho: o caso do ensino médio na região administrativa do Gama-DF**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4717>. Acesso em 20 nov. de 2022.

SILVA, Maciel. **A motivação para aprender no ensino de Geografia: o posicionamento da juventude estudantil em relação às metodologias de ensino em escolas públicas do Gama-DF**. 2021. 226 f. Tese (Tese de Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília-DF. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_a0e204b9a5f43b9ece8b516570144537. Acesso em 20 nov. de 2022.

SILVA, Michael Cristtofer da. **Não fechem minha escola: urbanização e gestão da escola contra o vivido, uma análise sobre a "Reorganização" de 2015**. 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11955/DEPOSITO%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 de dez de 2022.

TEIXEIRA, Carmen Fontes, comp. **Observatório de análise política em saúde: abordagens, objetos e investigações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 510 p. ISBN 978-85-232-2021-1. <https://doi.org/10.7476/9788523220211>.

VACCARO, Stefânia Becattini. **Karl Marx e Hannah Arendt: uma confrontação sobre a noção de trabalho**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/mxKvD4mHKJrGnZ7ZHbdXfP/?lang=pt#>. Acesso em: 3 abr. 2023.

YARZA, Iñaki. **Sobre a práxis aristotélica**. Anuário filosófico, v. 19, n. 1, pág. 135-153, 1986.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cqf_czegUSoC&oi=fnd&pg=PT8&dq=Um+dos+principais+aspectos+explorados+por+Echalar+

%C3%A9+a+no%C3%A7%C3%A3o+de+compartilhamento+do+conhecimento.+A+partir+da+vis%C3%A3o+do+comum,+o+conhecimento+deixa+de+ser+um . Acesso em 20 abril de 2023.

SOBRE OS AUTORES

Alex Marighetti. Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente. Foi bolsista de Iniciação Científica e Mestrado pelo CNPq (2007 a 2008, 2010 a 2012) e FAPESP (2008 a 2009). Atualmente é Doutor em Geografia pela UNESP - Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro, Professor da rede pública e privada de Ensino Fundamental II e Médio do município de São Paulo e membro do grupo de pesquisa Núcleo de Ensino de Geografia e Didática - NEGED (UNESP). <https://orcid.org/0000-0003-2368-3820>
Email: alex.marighetti@unesp.br

Diego Corrêa Maia. Geógrafo, formado pela Unesp de Rio Claro (SP) e Livre-docente em Ensino de Geografia. Titulou-se Mestre e Doutor em Geografia pela Programa de Pós-graduação da Unesp de Rio Claro (SP), pesquisando temas ligados à Climatologia Geográfica. Atualmente é Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP Campus Rio Claro (SP), Editor responsável da revista Estudos Geográficos e tem dedicado suas pesquisas à Geografia Escolar. Desde 2019 é Professor Associado III da Unesp Campus Rio Claro (SP) e lidera o grupo de pesquisa do CNPq chamado Núcleo de Ensino de Geografia e Didática (NEGED). <https://orcid.org/0000-0003-3286-9256> Email: diego.maia@unesp.br